

UM ASSALTO NADA REPUBLICANO À VERBA VINCULADA

Guilherme Jeronimo¹ e Pedro Estevam da Rocha Pomar²

Daniel Garcia



Protesto de professores estaduais e outras categorias do funcionalismo contra a PEC 9/2023 e a privatização da Sabesp (28/11)

O governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) atreveu-se a tentar o que nem seus antecessores do PSDB, igualmente neoliberais, ousaram fazer: a redução da verba vinculada de 30% da receita de impostos destinada à Educação na Constituição do Estado de São Paulo. “A saúde pública no Estado está repleta de ‘organizações sociais’ na gestão de hospitais e postos de saúde. Na prática, o governo pretende retirar dinheiro da Educação para transferi-lo para entidades privadas no setor da Saúde”, denuncia Fabio Moraes, presidente da Apeoesp. A PEC 9/2023 flexibiliza 16,5% dos recursos da Educação (cerca de R\$ 10 bilhões anuais)

A chegada ao governo estadual do bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu grupo político, liderado por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, criador e chefe incontestado do PSD, partido do vice-governador Felício Ramuth, comportou mudanças e continuidades em relação às gestões de João Doria e seu vice (e sucessor) Rodrigo Garcia, ambos do PSDB (posteriormente, Doria deixou a legenda).

Tarcísio conduziu uma guinada à direita no setor de Segurança Pública, ao nomear Guilherme Derrite, deputado federal pelo Partido Liberal (PL) e capitão reformado da Polícia Militar, ex-integrante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), para comandar a pasta, e ao desestimular o uso de câmeras de vídeo corporais pelos policiais militares. Endurecimento que se traduziu numa chacina na Baixada Santista, em agosto e setembro: 28 moradores, na sua maioria jovens trabalhadores, foram assassinados por tropas da PM em retaliação ao assassinato de um policial da ROTA. Além disso, aumentaram os índices de homicídios e de prisões praticados pela PM.

No tocante à gestão da saúde pública, em particular em relação às políticas antidrogas e em dobradinha com o prefeito e aliado na capital, Ricardo Nunes (MDB), ocorreu expansão dos serviços terceirizados ou quarteirizados no atendimento, que tem sido acompanhada por um diálogo mais direto com a iniciativa privada, inclusive com grandes gestores da saúde. Tarcísio deixou claro que as “organizações sociais de saúde” (OSS), que se apoderaram de vultuosos recursos públicos, continuarão operando com tranquilidade (*veja-se o caso do HRAC na p.46*).

Tarcísio nomeou o empresário Renato Feder como secretário estadual da Educação. Feder exerceu o mesmo cargo no Paraná, no primeiro mandato do governador Ratinho Jr., e as medidas que vem tentando implementar em São Paulo são um aprofundamento do receituário neoliberal já visto em gestões do PSDB. Algumas revelaram-se desastrosas e tiveram de ser abandonadas, como a recusa aos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal e sua substituição por apostilas digitais de má qualidade, cuja forte repercussão negativa obrigou o governador a recuar.

O maior retrocesso no setor educacional tomaria forma definitiva em outubro, quando o governo encaminhou à Assembleia Legislativa um “pacote” de medidas que, além do projeto de lei 1.501/2023 autorizando a privatização da Companhia de Saneamento Básico (Sabesp, a maior estatal paulista), propôs, por meio da PEC 9/2023, nada menos que a redução da verba vinculada da Educação definida na Constituição estadual. Assim, levou adiante a ameaça de reduzir de 30% para 25% o Orçamento anual da Educação.

Em abril o governador havia lançado em eventos públicos um balão de ensaio, baseado num lugar comum: as estimativas populacionais são de envelhecimento, o que pressiona a saúde e supostamente diminuiria a demanda pela educação, principalmente a educação básica. Sua última defesa aberta da ideia, em 10 de agosto, no Tribunal de Contas (TCE-SP), já apontava para uma emenda na Constituição estadual (1989), que hoje garante 30% da receita do Estado para a Educação e 12% para a Saúde. A proposta do Executivo retira cinco pontos percentuais

da Educação para que sejam utilizados na Saúde.

“A educação é financiada por pelo menos 18% da arrecadação de impostos da União e 25% dos Estados e Municípios. Em São Paulo a Constituição cita 30%, mas aí são incluídos pagamentos de pensões e aposentadorias; o que se aplica de fato são os 25%”, explica Otaviano Helene, professor sênior do Instituto de Física da USP e ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Ou seja: o estado já não aplica o que deveria aplicar.

O governador defende a presença de grupos de financiadores e da terceirização, o que é contrário à escola pública de qualidade, mas apresentado como gestão moderna e técnica. Visão que reduz o Brasil à condição de produtor e exportador de commodities

Tal mudança se deu nos anos 1990, conforme Eduardo Januário, professor da Faculdade de Educação da USP e pesquisador de história da educação, para quem o cerne da estratégia está no aprofundamento das reformas iniciadas por Mário Covas (PSDB) e continuadas por seu grupo político, principalmente por seu então vice e depois

governador Geraldo Alckmin (hoje no PSB e vice-presidente da República). Há afinidades, porém o governo Tarcsio-Felício, acredita Januário, é ainda pior que aqueles governos tucanos. “Prega o Estado Mínimo e a concepção do público como algo que deva necessariamente diminuir. Isso não é possível em São Paulo, devido ao alto nível de desigualdades sociais”, diz. Ao se fazer isso, você retira direitos essenciais dos mais pobres, frisa.

Esse grupo de gastos (com aposentadorias e pensões), continua Januário, deveria estar no caixa da Previdência ao invés de figurar como gasto da Educação, o que diminui a capacidade de investimentos. “Esse tipo de iniciativa empurra as políticas de permanência estudantil para as parcerias. Com a diminuição (do investimento e da estrutura) vem a privatização. Minha hipótese é que elas estejam, hoje, nas bolsas atreladas a projetos de instituições, como o Santander e o Itaú”. Entre outras soluções “mágicas”, completa, também está a distribuição de *vouchers*, defendida pelo grupo do governador, soluções que colocam os interesses e agenda privados antes do interesse público.

Helene é bastante taxativo em relação a esse tema. O governador, diz ele, defende a presença de grupos de financiadores e da terceirização, o que é contrário à escola pública de qualidade, mas apresentado como gestão moderna e técnica. Esconde-se desse modo a presença de uma “ala ideológica” em favor dessa proposta, que não se importa com a dependência do Brasil à produção e à exportação de *commodities*. “Esse setor não busca um país com quadros de qualidade, o que reflete a perda contínua de espaço

da indústria”, observa. “Não se importam em formar um país, querem garantir lucros altos, contínuos e res-tritos a seu nicho”, reforça.

O pior dessa postura, tão liberal que se libera de defender um país independente, é que ela cria uma profecia auto-realizada. Como não há, dessa forma, demanda de quadros profissionais qualificados, isso diminui a demanda por cursos, o que por sua vez impede a construção de um mercado e enfraquece a demanda no que seria o próximo ciclo de inovação e investimento: “É um ciclo vicioso que promove o atraso, muito grande, nas ciências, inclusive na saúde e nas engenharias em geral”.

Essa dependência é agravada pelo discurso anti-ciência, típico dos partidários de Bolsonaro. Helene aponta que esse discurso, “que antes só apareceria em filmes de terror barato”, vem da dificuldade em explicar para as massas populares a importância da pesquisa científica. “Como o conhecimento científico é mais abstrato”, pontua, o público em geral toma conhecimento dele mais pelo discurso de autoridades do que vendo sua importância em exemplos práticos. “De certa forma a gente crê nos fatos, sem entender”.

Quando se avalia o Orçamento Estadual 2024, os valores nominais destinados à Secretaria da Educação superam com folga os montantes destinados às demais pastas, com previsão de R\$ 49,5 bilhões em recursos diretos. Saúde ficará com R\$ 29,4 bilhões, Segurança Pública com R\$ 27 bilhões. Porém, nenhum desses valores supera, isoladamente, o total de renúncias fiscais previsto para 2024: R\$ 58 bilhões apenas em ICMS.

O argumento principal do Palácio dos Bandeirantes para atacar a verba da Educação já se faz presente no Plano Plurianual (PPA) que será iniciado em 2024. Embora a Educação com “efetividade, qualidade e acesso ampliados” seja o primeiro ponto do documento, ele destaca o processo de envelhecimento populacional, que deve levar a uma inversão inédita no estado ainda nessa década, com a população de idosos superando os menores de 15 anos antes de 2030. Apesar de tudo, o PPA apresenta a diminuição das desigualdades como meta geral da Educação no PPA. Mais precisamente, maiores resultados de aprendizagem, acesso a serviços educacionais amplos, como equipamentos de esportes e cultura, e a redução das desigualdades entre estudantes das redes particular e privada.

Estudo encomendado ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e realizado em 2020 identificou falhas estruturais graves na maior parte das unidades escolares. “Constatou-se que 82% das escolas não tinham mais do que dois sanitários para uso dos estudantes”

Duvidando dessa possibilidade, a *Revista Adusp* conversou com Fabio Santos de Moraes, presidente da Apeoesp-Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, para quem mais dinheiro para a saúde pública é uma

reivindicação justa, assim como são necessários ainda mais recursos para a Educação, até que todos os problemas estruturais sejam resolvidos. “A saúde pública no Estado de São Paulo está repleta de ‘organizações sociais’ e grupos privados na gestão de hospitais e postos de saúde. Na prática, o governo pretende retirar dinheiro da Educação para transferí-lo para entidades privadas no setor da Saúde”, denuncia.

A Apeoesp divulgou uma pesquisa no primeiro semestre deste ano sobre qualidade das escolas públicas do estado, focada na percepção dessa qualidade por parte de professores, estudantes e comunidade escolar. O resultado demonstra que o senso comum vai em direção oposta ao que propõe a revisão orçamentária palaciana: a escola precisa de mais recursos e estrutura, tem salas muito lotadas e estudantes pouco motivados, em ambiente de pouca segurança. Perguntados os que frequentam o ambiente escolar, mais de 90% deles afirmaram que uma escola bem cuidada e bem equipada é fundamental para uma educação de qualidade.

Dados oriundos de outro estudo, encomendado ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e realizado em 2020, atestam as dimensões do problema, pois foram identificadas falhas estruturais graves na maior parte das unidades escolares. “Constatou-se que 82% das escolas não tinham mais do que dois sanitários para uso dos estudantes. Nossas escolas têm problemas de infraestrutura, sofrem com a falta de funcionários nas secretarias. A merenda e a limpeza, em

grande parte, são feitas por funcionários terceirizados, que não têm estabilidade. A redução de verbas indica ainda que o governo não tem um plano de valorização dos professores. A solução está no fim da desoneração fiscal de R\$ 58 bilhões prevista no Orçamento de 2023 em benefício de grupos empresariais”, defende Moraes.

O financiamento da educação não depende somente da verba estadual. “Outros recursos transferidos por meio da adesão dos estados e municípios a diversos programas, dentre eles os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado há mais de cinquenta anos, são também fundamentais para garantir o mínimo necessário para a oferta da educação básica obrigatória”, observa a professora Maria Eliza Nogueira Oliveira, da Unesp de Rio Claro.

“Essa estrutura político-administrativa é fundamental para amenizar os efeitos das desigualdades regionais do país. Por outro lado, evidencia que as vinculações obrigatórias de cada estado e dos seus municípios são insuficientes e sempre necessitam de algum tipo de complementação, seja pela via estatal ou, conforme defendem os neoliberais, por meio de parcerias com instituições privadas. Portanto, reduzir o percentual da vinculação obrigatória para a educação é um risco, uma vez que os repasses de programas e demais subsídios derivados de parcerias podem oscilar de acordo com o contexto econômico e político do país”.

A professora da Unesp aponta o volume relevante em discussão: cerca de

R\$ 10 bilhões são alvo da flexibilização, recursos essenciais para uma rede que ainda atende 3,6 milhões de estudantes. Para esse cenário, não é possível indicar uma margem de corte segura. “Ao contrário, os cortes sempre oferecem riscos e os elaboradores dessas propostas sabem desses riscos tanto quanto nós, mas acreditam que eles são administráveis e que sempre será possível buscar novas e sofisticadas estratégias gerenciais para amenizá-los. Certamente, essas estratégias incluirão novos cortes”. A seu ver, o financiamento da Saúde pode ser resolvido com outras fontes, como a redução das isenções e renúncias fiscais.

Na opinião de Moraes, o debate sobre financiamento da educação precisa continuar e se ampliar para toda a sociedade, “para que possamos defender a manutenção do percentual mínimo assegurado pela Constituição Estadual para a educação, que precisa melhorar e assegurar formação de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora”. A Apeoesp fará pressão pela manutenção de direitos, ainda que a correlação de forças na Alesp seja amplamente favorável ao governo.

Maria Eliza, por sua vez, adverte: “Se não buscarmos saídas mais efetivas por meio de uma ampla mobilização capaz de promover um debate sério e fundamentado nos inúmeros estudos e pesquisas que denunciam, há décadas, os efeitos negativos desse modelo administrativo na esfera pública, a tendência é o aprofundamento da crise em que se encontra a educação brasileira”.

Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*

2 Editor da *Revista Adusp*